



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART
Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 06/2024

Este documento foi elaborado à luz da lei 14133/21, como peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório, tendo por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão a aquisição de equipamentos para auxiliar nas limpezas urbanas

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Aquisição dos seguintes equipamentos, de acordo com laudo técnico 019/24 do Engenheiro Mecânico Fernando Mendes Schneider.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

qtd	equipamento	especificações
05	maquinas roçadeiras Stihl a gasolina FS 220	roçadeira a gasolina, Stihl FS 220 com trimCute, 41-2 (fio de corte), 35,2 cm3 de cilindrada, 2.3 HP de potencia. Garantia total minima de 12 meses e assistencia tecnica durante o periodo de garantia em oficina credenciada que deve ser localizada ate 200km da sede do município
01	roçadeiras de arrasto para trator	laminas acionadas pela TDF, com transporte hidráulico, acionamento de corte pela tomada de força via cardã e deslocamento por arrasto pelo movimento do trator, Implemento novo, de primeiro uso, para acoplar aos 03 pontos do trator, deverá apresentar as seguintes características minimas: - Acoplamento ao sistema tres pontos; - Modelo/ano 2024/2024; - Rotação das facas a 540 RPM da TDP; - Corte minimo de 1,70m de largura; - Duas navalhas retrateis de corte; - Capa de proteção reforçada para Cardan; - Suspiro na caixa de transmissão; - Corte horizontal regulavel de 40mm a 140mm minimo; - Largura total



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

		minima 2,00; -Roda traseira; Garantia total minima de 12 meses e assistencia tecnica durante o periodo de garantia em oficina credenciada que deve ser localizada ate 200km da sede do município.
02	Sopradore a gasolina	costal, similar ao BR 430 stihl, deverá apresentar as seguintes características minimas: 63,3 cm ³ cilindradas, Vazão de 850 ar m ³ /h, tipo mochila com controladores de comando no punho, (uma mão só).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II **DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E** **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito, tem como função Contribuir para o desenvolvimento do município na gestão dos serviços , de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, manutenção e melhoramento da infraestrutura pública, buscando a universalização dos serviços com responsabilidade socioambiental.

A responsabilidade socioambiental nos tras uma preocupação muito séria com relação a limpeza urbana, especialmente nos locais que propiciam criadouros de larvas de mosquitos transmissores de doenças, especificamente a dengue.

Neste ano, o Rio Grande do Sul registra 4.784 casos confirmados da doença, sendo 4.221 autóctones (quando o contágio aconteceu dentro do Estado). Os demais são importados (residentes do Estado que foram infectados em viagem a outro local).

O nosso municipio enfrenta uma situação de extremo alerta, já soma-se 36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

casos confirmados de dengue, 02 de chikungunya e 8 de leptospirose. Além disso, a vizinha cidade de Santo Thomé, na Argentina, já somam mais de 300 casos confirmados de dengue. (anexo relatório da situação emitido pela Vigilância em Saude do município).

Somos sabedores que os serviços de limpeza e zeladoria urbana são de fundamental importância, pois o tratamento dos resíduos e sua destinação final apropriada são essenciais para a eliminação de focos transmissores de doenças, afecções alérgicas e, principalmente, para a preservação do meio ambiente.

Considerando que também há o risco da proliferação de animais peçonhentos como aranhas, escorpiões e até cobras que costumam se alojar em objetos, entulhos, resíduos domésticos e terrenos baldios. O veneno aplicado por esses animais pode levar a casos graves e até a morte.

A precipitação pluviométrica nos mês de janeiro no município propiciou o crescimento das vegetações, criando muitos locais criadouros de mosquitos e animais peçonhentos.

Diante desta necessidade de limpeza urbana, o município teve que aumentar a ação das equipes de roçadas , colocando mais turmas de trabalho, ocasionando um maior desgaste nos maquinários, fugindo do planejamento de vida útil dos equipamentos.

A aquisição de equipamentos novos é imprescindível para a manutenção do perímetro urbano de acordo com Estudo Técnico Preliminar

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a aquisição dos equipamentos .

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

7. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Prazo de entrega de até 20 (vinte) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

7.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h as 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. GARANTIA (E/OU VALIDADE)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

10.1 O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

10.2 Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Coordenador de Serviços Urbanos, Nilton Mançoni Costa..

12. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

12.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 03 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

14.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 4 (quatro). Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

14.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

14.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

14.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

14.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com o melhor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

17. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

17.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).

b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

e) assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (x) Sim

Deverá acompanhar manual técnico do equipamento

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 Deverá ser indicado a empresa que dará assistência técnica autorizada ao equipamento em uma distância máxima de 200km da sede da licitante. Por ser equipamento de uso diário e prioritário é necessária a assistência técnica imediata, tendo em vista o quadro agravado da Dengue, que aumentam em ambientes propícios para animais peçonhentos e insetos transmissores de doenças

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (x) Não

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1 - Valor maximo para a aquisição conforme pesquisa de preços realizada.

qtd	equipamento	Valor maximo total
05	maquinas roçadeiras Stihl a gasolina FS 220	R\$ 15.702,05
01	roçadeiras de arrasto para trator	R\$ 5.585,15
02	Sopradores a gasolina	R\$ 13.888,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município.

Os recursos para custear as despesas descritas neste Termo ocorrerão à conta da seguinte dotação: 09.0415.452.0104.2290 – Código reduzido: 40660
Recurso: 0001

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Garantia de 12 meses e assistência técnica de oficina credenciada em uma distancia até 200km da sede do município.

São Borja/RS, 15 de abril de 20

Nilton Mançoni Costa
Coordenador Serviços Urbanos
Responsavel pela Elaboração do TR

MOACIR TIECHER
Secretário SMIESUST

EDUARDO BONOTTO,
Prefeito.

() **Defiro**

() **Indefiro**